

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.391 - PR (2019/0054797-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **VALDENOR VIEIRA**
ADVOGADO : **WILSON JACOB E OUTRO(S) - PR013438**
RECORRIDO : **GUSTAVO BOIKO**
ADVOGADO : **WESLEY TOLEDO RIBEIRO - SP324510**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO ANTES DA DECISÃO FINAL DA FASE DE CONHECIMENTO E DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO. VALIDADE. RECURSO DESPROVIDO, COM A CASSAÇÃO DA LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Valdenor Vieira, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná assim ementado (e-STJ, fl. 194):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. TRANSAÇÃO FIRMADA ANTES DA PROLAÇÃO DA DECISÃO FINAL DA FASE DE CONHECIMENTO E DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DURANTE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE RESTOU IRRECORRIDA. MATÉRIA PRECLUSA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 241-248).

Nas razões do apelo especial, o insurgente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 373, I, 489, § 1º, IV, 1.013 e incisos, e 1.022, II, do CPC/2015; 104, 166, IV e V, 169, 842 e 850 do CC/2002, além de dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese: **a)** negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação; **b)** o acordo versava sobre direito contestado em juízo, para o qual a lei exige como solenidade do ato a escritura pública ou termo nos autos, o que não foi observado; e **c)**

Superior Tribunal de Justiça

a nulidade da sentença homologatória do termo de transação firmado entre as partes, porque realizada após o trânsito em julgado do acórdão que julgou a apelação, reduzindo o valor da condenação. Por se tratar de matéria de ordem pública a questão não estaria sujeita aos efeitos da preclusão.

Sem que fossem oferecidas contrarrazões, o recurso foi admitido, vindo os autos a este Tribunal.

Foi deferida liminar na TP 1.714/PR, a fim de atribuir efeito suspensivo ao recurso especial, determinando a sustação de todo e qualquer ato que importe em levantamento de numerário ou transferência de propriedade nos autos do processo n. 0001505-55.2005.8.16.0058, até ulterior deliberação ou o julgamento definitivo da questão por este Superior Tribunal de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No caso, a controvérsia tem origem em ação de indenização por danos materiais e morais em decorrência de acidente de trânsito envolvendo as partes, ocorrido no ano de 2004. Proferida sentença, foi reconhecida a culpa exclusiva do réu, ora recorrente, pelo evento danoso, tendo-lhe sido imposta a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais (R\$ 20.758,50) e morais (R\$ 50.000,00), com acréscimos de juros e correção monetária.

Ocorre que, em 2/5/2012, antes do julgamento da apelação do réu, as partes celebraram acordo, pelo qual o devedor se comprometeu ao pagamento de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais) mediante a entrega de um veículo no valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), 475 (quatrocentos e setenta e cinco) sacas de soja de 60 kg

(sessenta quilos) nos anos de 2013, 2014 e 2015, além de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) por cheque com vencimento em 15/6/2012. Foi prevista multa de 30% (trinta por cento) no caso de descumprimento. Pediram a homologação e extinção do processo.

Contudo, embora protocolizada corretamente a transação, antes de sua juntada aos autos, o TJPR julgou, em 3/5/2012, o recurso de apelação, reduzindo sensivelmente o valor da indenização por danos morais para R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A petição de acordo foi juntada apenas em 15/5/2012, de modo que, sem nova conclusão dos autos ao relator ou interposição de recurso, certificou-se o trânsito em julgado em 16/7/2012.

Baixados os autos, o réu pugnou pela desistência da transação e pela realização de cálculo para cumprimento do acórdão, informando já ter entregue o veículo e o cheque referidos no termo de transação. Diante desses fatos, a contadoria apurou um saldo de R\$ 10.582,45 (dez mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos). Pelo autor foi requerida a homologação do acordo.

O Juízo singular homologou a transação por decisão proferida, apenas, em 10/6/2015, sem que tenha havido a interposição de recurso, vindo o credor a pedir o cumprimento do acordo pelo remanescente de R\$ 73.400,00 (setenta e três mil e quatrocentos reais), relativos às sacas de soja, com acréscimo da cláusula penal de 30% (trinta por cento) sobre o montante total da transação, correspondente a R\$ 42.728,46 (quarenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos).

Intimado para cumprimento, o devedor arguiu a nulidade da referida decisão de homologação, tendo sido rejeitado o pedido, ao entendimento de que a transação efetivada entre as partes tem força imutável decorrente da sentença homologatória transitada em julgado na data de 23/11/2015.

Contra essa decisão, o ora requerente interpôs agravo de instrumento, que foi desprovido pelo TJPR, ao fundamento de que, não havendo "argumento jurídico que legitime o desconhecimento da vontade externada (...), descabe a nulidade alegada, prevalecendo a transação realizada entre as partes, que bem ou mal, encontra-se protegida pelo manto da coisa julgada e da irreversibilidade, (...)" (e-STJ, fl. 49). Assinalou, ainda, o órgão julgador,

que "a discussão sobre a possibilidade de homologação do acordo deveria ter sido feita no momento oportuno" (e-STJ, fl. 56), sob pena de se tornar preclusa.

Quanto à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer em vícios com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Desse modo, tendo o Tribunal de origem motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há se falar em ausência de fundamentação ou omissão apenas pelo fato de o aresto combatido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Em relação à matéria de fundo, é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que não é possível o arrependimento e rescisão unilateral da transação, ainda que não homologada de imediato pelo Juízo. Uma vez concluída a transação as suas cláusulas ou condições obrigam definitivamente os contraentes, e sua rescisão só se torna possível "por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa" (CC, art. 849).

Nessa linha de intelecção, **Humberto Theodoro Júnior** leciona:

Uma vez, porém, que o negócio jurídico da transação já se acha concluído entre as partes, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral, mesmo que 'ainda não tenha homologado o acordo em Juízo. Ultimado o ajuste de vontade e, por instrumento particular ou público, inclusive por termo nos autos, as suas cláusulas ou condições obrigam definitivamente os contraentes, de sorte que sua rescisão só se torna possível 'por dolo, violência ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa' (Cód. Civ., art. 1.030).

Por isso, enquanto não rescindida regularmente a transação, nenhuma das partes pode impedir, unilateralmente, que o juiz da causa lhe dê homologação, para por fim à relação processual pendente. O certo é que, concluído, em forma adequada, o negócio jurídico entre as partes, desaparece a lide, e sem lide não pode o processo ter prosseguimento.

Se, após a transação, uma parte se arrependeu ou se julgou lesada, nova lide pode surgir em torno da eficácia do negócio transacional. Mas a lide primitiva já está extinta. Só em outro processo, portanto, será possível rescindir-se a transação por vício de consentimento.

(*Curso de Direito Processual Civil*. 20ª ed. Rio de Janeiro:

Forense, 1997. ps. 322-323).

Sob o mesmo enfoque, aduz **Maria Helena Diniz** que:

a sentença homologatória nada resolve, o negócio jurídico da transação é que lhe faz o fundo. A homologação apenas dá à transação o efeito extintivo da relação jurídico-processual. Tanto isso é verdade que, com a desconstituição ou rescisão da sentença homologatória, continua o processo, como se não tivesse havido o efeito extintivo, mas a transação feita não é considerada inválida, pois o direito material a considera perfeita e válida. A homologação apenas irradia a eficácia processual (*Efeitos da Transação Judicial*. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Ano II, n. 7, setembro/outubro 2000: ps. 16-22).

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSAÇÃO. ARREPENDIMENTO E RESCISÃO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que, em regra, é descabido o arrependimento e a rescisão unilateral da transação, ainda que antes da homologação judicial. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. A revisão do concluído pelo Tribunal *a quo*, no sentido de que não ocorreu vício de consentimento, demandaria, no caso, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 612.086/MG, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 5/11/2015, DJe 3/12/2015);

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. TRANSAÇÃO. MANDATÁRIO COM PODERES ESPECIAIS. VALIDADE. HOMOLOGAÇÃO. CABIMENTO. RECURSO PROVIDO.

[...]

2.- É impossível o arrependimento e rescisão unilateral da transação, ainda que não homologada de imediato pelo Juízo. Uma vez concluída a transação as suas cláusulas ou condições obrigam definitivamente os contraentes, e sua rescisão só se torna possível "por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa" (Código Civil de 2002, art. 849; CC de 1916, art. 1.030).

3.- Recurso Especial provido. (REsp n. 825.425/MT, relator Ministro **SIDENI BENETI**, Terceira Turma, DJe de 8/6/2010);

PROCESSUAL CIVIL – FGTS – POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO PREVISTA NA LEI

COMPLEMENTAR N. 110/2001, INDEPENDENTEMENTE DE ASSISTÊNCIA DO ADVOGADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Se o negócio jurídico da transação já se encontra concluído entre as partes, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral. Assim, válido o acordo celebrado, obriga-se o juiz à sua homologação, salvo se ilícito o seu objeto, incapazes as partes ou irregular o ato, o que não ocorreu no presente caso.

[...]

3. Recurso especial provido para homologar a transação. (REsp n. 1.057.142/SP, relator Ministro **CARLOS FERNANDO MATHIAS**, Juiz Federal convocado do TRF da 1ª Região, Segunda Turma, DJe de 7/8/2008);

Direito civil e processual civil. Ação de separação judicial e conversão em divórcio. Transação não homologada. Denúncia de uma das partes. Nulidade decretada. Ausência de vício de vontade ou de defeito insanável.

- São causas de anulabilidade da transação, conforme dispõe o art. 1.030 do CC/16 (correspondência: art. 849, *caput* do CC/02), o dolo, a violência (a coação conforme terminologia do CC/02), ou o erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa. Tais vícios de vontade devem ser invocados por uma das partes em ação própria.

- **Efetuada e concluída a transação, é vedado a um dos transatores a rescisão unilateral, como também é obrigado o juiz a homologar o negócio jurídico, desde que não esteja contaminado por defeito insanável (objeto ilícito, incapacidade das partes ou irregularidade do ato).**

- A não adoção de escritura pública no tocante aos bens imóveis não acarreta defeito insanável, porquanto a transação não tem o condão de constituir, modificar, transferir ou transmitir direitos reais sobre imóveis. Ela apenas declara ou reconhece direitos, nos termos do art. 1.027 do CC/16 (correspondência: art. 843 do CC/02).

- A nulidade poderia ser decretada tão-só se ausente escritura pública em contrato constitutivo ou translativo de direitos reais sobre imóveis, a teor do art. 134, II do CC/16 (correspondência: art. 108 do CC/02), o que não se coaduna com caso em julgamento.

- A dispensa de alimentos, matéria pacífica no STJ, não comporta ilicitude de objeto da transação.

- A transação efetuada e concluída entre as partes, sem qualquer mácula, seja vício de consentimento, seja defeito ou nulidade, é perfeitamente válida, o que torna inevitável sua homologação.

Recurso especial de C. M. V. parcialmente provido, para validar e homologar a transação, extinguindo-se o processo, com julgamento do mérito. (REsp 650.795/SP, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/6/2005, DJ 15/8/2005, p. 309 - sem grifo no original).

Logo, uma vez concluída a transação por termo nos autos (e-STJ, fls.

165-166), cujo documento foi assinado pelas partes e seus respectivos procuradores, impossível é a qualquer delas o arrependimento unilateral, mesmo que ainda não tivesse sido homologado o acordo em Juízo. Ultimado o ajuste de vontade, por instrumento particular ou público, as suas cláusulas ou condições obrigam definitivamente os contraentes, de sorte que sua rescisão só se torna possível 'por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa' (CC, art. 849), e, em outro processo.

Cumpre assinalar que a atividade jurisdicional não pode substituir a iniciativa das partes. Logo, no caso, quando a apelação foi julgada, o negócio jurídico da transação já estava concluído entre as partes, o qual foi homologado por sentença que transitou em julgado. Nesse contexto, se o acordo foi celebrado com a finalidade de compor a lide, impõe-se concluir que o julgamento do recurso do réu pelo Tribunal estadual ocorreu por mero equívoco, não tendo a aptidão de formar a alegada coisa julgada material e, por conseguinte, o efeito de desconstituir a manifestação de vontade dos litigantes de por fim ao processo.

Dessa forma, incide na espécie a Súmula 83 do STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial. Em consequência, casso a liminar deferida na TP n. 1.714/PR.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator